



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 1628/16	DATA: 13/12/2016	
LOCAL: Plenário 2 das Comissões	INÍCIO: 14h38min	TÉRMINO: 16h18min	PÁGINAS: 34

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

ROBERTO RIBAS GALLUCCI - Gerente de Projeto do Departamento de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente — MMA.

MONICA BRICK PERES - Doutora em Oceanografia Biológica e Diretora-Geral da ONG Oceana.

JOSÉ DIAS - Analista Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis — IBAMA

SUMÁRIO

Debate sobre a Portaria nº 445, de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, sobre o reconhecimento das espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.

OBSERVAÇÕES

Houve intervenções inaudíveis em breves comunicações.
Houve exibição de imagens.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Boa tarde, senhoras e senhores.

Declaro aberta a presente reunião de audiência pública da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável destinada ao debate sobre a Portaria nº 445, de 2014, do Ministério do Meio Ambiente, que reconhece as espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção. O requerimento para realização deste evento é de autoria deste Parlamentar, Deputado Carlos Gomes.

Comunico a todos que o evento está sendo transmitido ao vivo pela Internet e poderá ser gravado pela *TV Câmara*, para ser exibido posteriormente na grade da programação da emissora.

Convido para compor a Mesa o Sr. Roberto Ribas Gallucci, Gerente de Projeto do Departamento de Conservação da Biodiversidade do Ministério do Meio Ambiente — MMA; o Sr. José Dias, Analista Ambiental do IBAMA — Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; e a Sra. Monica Brick Peres, Doutora em Oceanografia Biológica e Diretora-Geral da ONG Oceana. Quero agradecer aos convidados a presença.

Registro também que foi convidado para esta audiência o Presidente da Federação dos Pescadores do Rio Grande do Sul, que não pôde vir hoje. Até me ressinto de não estar presente um representante do setor da pesca, seja profissional, seja artesanal. Consulto os senhores: nós podemos levar adiante esta audiência pública, mesmo sem a presença de representantes do setor da pesca? Podemos fazer esta audiência com os convidados já presentes e depois, em nova oportunidade, fazer outra audiência, com todas as representações? Faço esta consulta prévia.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Mantemos, então, a audiência de hoje e faremos outra em momento posterior.

Prestados os esclarecimentos iniciais, concederei a palavra a cada convidado por 15 minutos. Após as palestras, iniciaremos os debates. Desde já, agradeço a todos a presença. Peço que observem o tempo proposto para suas exposições. Há um cronômetro à esquerda deste plenário para orientá-los nesse sentido.



Informo aos palestrantes, aos Parlamentares e aos demais presentes que esta Comissão promoverá um debate interativo, por meio do portal e-Democracia, ferramenta da Câmara dos Deputados. Servidores desta Comissão estarão encarregados de moderar as perguntas dos internautas que acompanham esta audiência pública, as quais serão respondidas pelos nossos convidados ou pelos Parlamentares ao final dos debates. Aqueles que desejarem ter acesso à rede de Internet *wi-fi* podem obter a senha nas portarias desta Casa.

Informo que esta reunião está sendo gravada. Por isso, solicito aos presentes o obséquio de sempre utilizarem o microfone para suas intervenções. Peço ainda aos palestrantes que assinem a autorização para que a Câmara dos Deputados publique suas exposições e utilize as imagens para transmissão pela Internet ou em programa desta Casa.

Feitas essas considerações, eu quero passar a palavra ao nosso primeiro debatedor ou primeira debatedora — estou em dúvida se quem vai falar primeiro é o Sr. Roberto Ribas Gallucci ou a Sra. Monica Brick Peres. Pode ser o Sr. Roberto?
(Pausa.)

Antes de passar a palavra ao Sr. Roberto, eu gostaria de dizer do motivo desta audiência pública. Fui Deputado Estadual por dois mandatos no Rio Grande do Sul e enfrentei, junto aos pescadores e órgãos ambientais e de fiscalização, uma lista elaborada em 2002 naquele Estado. Essa lista trazia o nome de pelo menos 129 novas espécies que estariam ameaçadas de extinção. Dentre as espécies dela constantes, estavam o dourado, o surubim, o lambari e várias outras da fauna do Rio Grande do Sul, marinha e de água doce.

Em 2008 — estou fazendo este breve histórico para, então, tratar da Portaria nº 445, de 2014 —, depois de muita luta, a Governadora Yeda Crusius publicou um decreto suspendendo a proibição até que fosse feito um estudo para analisar se as espécies listadas ainda estariam ameaçadas de extinção ou não. O decreto de 2002 dizia que, a cada 2 anos, deveria ser feito um reestudo para analisar a população dessas espécies. Porém, até 2008 nenhuma pesquisa tinha sido feita.

E havia uma queixa muito frequente dos pescadores, sobretudo dos que pescavam na bacia do Rio Uruguai: por ser um rio binacional, tanto os argentinos quanto os brasileiros podem pescar ali. Com essa proibição interna de 2002, os



gaúchos passaram a não poder pescar essas espécies, enquanto os catarinenses poderiam pescar esses mesmos peixes e, inclusive, comercializá-los, assim como os argentinos. Então, criou-se um impasse muito grande.

O pior é que, quando os pescadores, principalmente os artesanais, lançavam suas redes para pescar outras espécies — piavas, por exemplo — e acabavam capturando um dourado, eles eram multados em no mínimo 5 mil reais, tinham todos os apetrechos de pesca apreendidos e o trabalho inviabilizado em decorrência de tantos problemas que enfrentavam no desempenho de sua função.

Em 2014, o Governo do Estado baixou um novo decreto, o Decreto nº 51.797, proibindo mais uma vez a pesca de algumas espécies. Nesse mesmo ano, o Ministério do Meio Ambiente lançou a Portaria nº 445, a qual acredito tenha tido, em algum grau, certa influência nas normas do Rio Grande do Sul, porque nela estão contempladas não só espécies de água doce como também marinhas. Mas a metodologia da pesquisa foi muito contestada, pelo menos naquele Estado.

A Fundação Zoobotânica adotou um sistema que podia ser alimentado pelo pesquisador, que diria se as espécies listadas ainda estariam ou não ameaçadas de extinção. Isso foi muito contestado pelos pescadores e colonos, porque em momento algum eles foram consultados e sequer viram algum pesquisador nos locais fazendo pesquisa de campo para ali verificar se as espécies estavam ameaçadas ou não.

No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, os pesquisadores dizem que não há dourado, mas o peixe que mais cai na rede dos pescadores é o dourado. Então, há uma contradição entre o que dizem os pesquisadores o que se vê nas redes dos pescadores.

Os senhores, que são doutores no assunto, sabem que, se não houver controle, a espécie que hoje está ameaçada de extinção amanhã pode virar praga, principalmente no caso — repito — do dourado, que é um peixe muito predador e acaba até favorecendo um certo desequilíbrio na fauna.

Em decorrência desses decretos gaúchos, aos quais depois veio se somar a Portaria nº 445, que também proibiu a pesca de várias espécies, como o bagre e tantos outros, passou a haver uma preocupação muito grande. Essa portaria está suspensa por uma decisão judicial, mas, na minha opinião, o seu problema não será



solucionado enquanto não se fizerem pesquisa, planejamento, manejo, algo mais concreto que possa contemplar tanto os trabalhadores da pesca profissional e artesanal quanto os órgãos ambientais e de fiscalização.

A minha preocupação é esta: criar critérios objetivos e claros, para que nós não venhamos a inviabilizar setores tão importantes como o da pesca e o da apicultura no Brasil. Eu acredito que a apicultura, principalmente, tem um campo muito grande para se desenvolver, especialmente no âmbito da agricultura familiar.

A respeito disso tudo, eu quero ouvir os nossos convidados, para ver o que nós podemos fazer em relação ao problema decorrente da edição da Portaria nº 445. Quero ainda saber se o Ministério do Meio Ambiente pode nos orientar sobre como resolver o problema do Rio Grande do Sul, por onde passa um rio que se pode dizer que é binacional, pois contempla tanto o lado argentino quanto o lado brasileiro.

Feitas essas considerações, eu passo a palavra para o Sr. Roberto Ribas Gallucci.

O SR. ROBERTO RIBAS GALLUCCI - Boa tarde a todos.

Cumprimento S.Exa. o Deputado Carlos Gomes, a quem agradeço o convite. Saúdo ainda os demais membros da Mesa, como a Dra. Monica Peres, da Oceana Brasil, e o Dr. José Dias, do IBAMA.

Eu tenho uma apresentação em Power Point, que, acredito, será bastante útil para esclarecer alguns pontos. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Enquanto se organiza a palestra, quero registrar e agradecer a presença no plenário da Letícia e da Vivian. Elas são representantes do Conselho Nacional de Pesca — CONEPE.

Continue, por gentileza, Roberto.

O SR. ROBERTO RIBAS GALLUCCI - Eu gostaria de abordar alguns pontos cruciais que vão auxiliar o debate.

(Segue-se exibição de imagens.)

Primeiramente, tratarei do respaldo legal que embasa todo o trabalho feito pelo Ministério do Meio Ambiente em relação à publicação mais atual da lista de peixes e invertebrados aquáticos ameaçados de extinção no Brasil. Depois, falarei do uso de dados científicos, da base robusta em que a lista foi estabelecida. Por fim,



tratarei da ligação da lista com a produção de recursos pesqueiros, com a gestão pesqueira, que, eu acho, foi a que suscitou a convocação desta audiência.

Eu vou passar por alguns pontos um pouco mais rapidamente.

Primeiramente, cabe mencionar que a Constituição Federal do Brasil determina a proteção da fauna e da flora e veda práticas que provoquem a extinção de espécies. Nós temos, além disso, decretos, como o que ratifica a Convenção sobre Diversidade Biológica, e a própria Política Nacional da Biodiversidade, além de outras legislações afins, que conferem, então, essa proteção às espécies ameaçadas.

Rapidamente, mostrarei um pouco do processo de construção da lista de espécies ameaçadas de extinção e como ela se insere dentro de uma estratégia política de conservação dessas espécies.

Nós temos a lista como uma das etapas que visa à identificação das espécies que correm, num espaço de tempo relativamente curto, o maior risco de perda de populações ou mesmo de extinção na natureza, além de identificar ações necessárias para reverter essa perda. Então, são construídos principalmente planos de ação, que envolvem Governo e sociedade, identificam as ações essenciais e também definem os meios necessários para elas serem implementadas.

Essas listas inserem-se dentro de uma política internacional de identificação das espécies ameaçadas na natureza, como eu já mencionei, permitindo identificar as ações de conservação necessárias e monitorar a situação dessas espécies, para que ela não venha a se agravar ao longo do tempo.

Nós temos aqui um breve histórico das primeiras listas, desde 1968. Elas contavam unicamente com a indicação de especialistas. Ou seja, o melhor conhecimento que aquele especialista tinha já era suficiente para identificar e incluir uma espécie na lista.

Hoje, esse processo evoluiu bastante, e nós seguimos uma série de critérios mundialmente reconhecidos, como a avaliação de todo o grupo taxonômico feito para essa última lista de espécies ameaçadas de extinção. Todos os peixes identificados, conhecidos no território nacional, de água doce e de água marinha, foram avaliados por um painel de especialistas, ou seja, por um conjunto amplo e



reconhecido de pesquisadores que trabalham com o assunto, possuidores de informações atuais sobre essas espécies.

Houve um trabalho ao longo de 5 anos, com a participação de mais de 360 especialistas e o envolvimento de 125 instituições. Foram realizadas ainda 32 oficinas de trabalho. Isso levou, então, à indicação das espécies candidatas à atual lista.

Como eu já mencionei, o critério é robusto, segue os padrões da União Internacional para Conservação da Natureza, que foram estabelecidos e pactuados por diversos países.

Os critérios avaliados não incluem só a redução da população de determinada espécie de peixe ou invertebrado, a exemplo de crustáceos como camarões e lagostas, mas também a perda de qualidade do hábitat ou mesmo a perda desse hábitat. Nós não vamos entrar em detalhes em relação aos critérios, mas quero apenas mencionar que eles são robustos e reconhecidos pela comunidade científica nacional e internacional.

Há também, como uma evolução, a identificação de três categorias de ameaças de extinção aplicadas às espécies. Elas são: espécie criticamente ameaçada, aquela que corre um risco maior de desaparecer na natureza num curto espaço de tempo; espécie ameaçada em perigo, que também tem um alto risco de extinção, e a espécie em condição de vulnerável, também uma categoria de ameaça, mas num grau inferior às outras duas. Além disso, existem outras categorias de classificação de risco de ameaça, mas elas não levam à inclusão das espécies numa lista nacional oficial.

Cito um exemplo: os dados mostram que os desembarques do camurupim, uma espécie bastante conhecida no litoral do Norte e Nordeste do Brasil, registraram um declínio de 60% ao longo dos últimos anos. Então, isso levou à identificação dessa espécie como vulnerável na lista atual de espécies ameaçadas de extinção.

No *site* do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, há informações sobre cada espécie, identificando então qual a situação atual da espécie, qual a sua classificação e por que ela foi avaliada como estando ameaçada de extinção. Essas informações estão disponíveis ao público.



A Portaria nº 445, editada em dezembro de 2014, que hoje infelizmente se encontra suspensa por um processo judicial, mas a decisão final ainda não foi concedida, traz um grande avanço em relação à lista anterior, a Instrução Normativa do Ministério do Meio Ambiente nº 5, de 2004. Como eu mencionei, ela traz mais categorias, ou seja, detalha melhor qual é exatamente o risco de extinção da espécie, e se respalda num processo legítimo, robusto e reconhecido nacional e internacionalmente.

Agora nós temos uma questão específica: a relação da Lista Nacional Oficial de Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção — Peixes e Invertebrados Aquáticos com a produção pesqueira. Como é de conhecimento de todos, no momento da edição da lista, ou da Portaria nº 445, houve realmente muitos comentários, e nós recebemos, no Ministério do Meio Ambiente, tanto manifestações de apoio como questionamentos ou dúvidas relacionadas ao eventual impacto da lista sobre a produção pesqueira nacional.

Aprofundando os debates, inclusive com representantes do setor pesqueiro e de instituições de Governo — na época, o Ministério da Pesca e Aquicultura —, para então avaliar melhor essa informação e ver qual era de fato o real impacto da lista, nós identificamos a princípio 79 espécies nessa lista atual, a Portaria nº 445, que seriam objeto de algum interesse comercial. Dessas 79, não seria permitida a pesca ou a utilização comercial de um número bem mais reduzido, 46 espécies, por serem espécies que se enquadrariam nas categorias de risco mais elevado de extinção.

De forma inédita, nessa lista atual de espécies ameaçadas, havia previsão de que as espécies da categoria vulnerável, aquelas para as quais não houve maior risco identificado, pudessem ser passíveis de uso, pudessem ser discutidas no processo de gestão pesqueira.

A portaria abriu essa oportunidade justamente para procurar conciliar melhor a edição de uma lista de espécies ameaçadas de extinção com o fortalecimento da gestão, com a possibilidade de uso sustentável dessas espécies.

Ou seja, temos na lista a identificação das espécies vulneráveis que são passíveis de uso sustentável. Para isso, foram instituídos grupos de trabalho, foram feitas novas discussões com especialistas e pescadores, foram instituídos também painéis, com especialistas, e discutida a possibilidade de uso dessas espécies e a



confirmação no sentido de saber se essas espécies realmente foram enquadradas corretamente e se deveriam continuar identificadas e presentes na lista oficial. Isso foi confirmado por meio desses painéis.

Aqui, temos um quadro resumido, em que, das 475 espécies de peixes e invertebrados ameaçadas, chega-se a um número bem mais reduzido, 33 espécies vulneráveis, que poderiam ser objeto de uso sustentável, e apenas em relação a 46 espécies, objeto de algum interesse pesqueiro — eu vou entrar um pouquinho mais nesse ponto —, o seu uso não seria realmente permitido.

Vamos passar um pouco mais rápido os eslaides.

Eu queria chamar a atenção para o fato de que, quanto às espécies que foram identificadas como sendo alvo de algum interesse por parte da produção pesqueira nacional, a relação da produção dessas espécies não atinge de forma nenhuma patamar significativo. Nós temos números da estatística oficial que foi encerrada praticamente no ano de 2008, e estão disponíveis. Eles apontam, por exemplo, que algumas espécies como chernes, bodiões, que estão na lista atual de espécies ameaçadas, têm participação bastante irrisória na produção pesqueira nacional, e um grande número de cações e raias, que também compõem a lista, não chegariam a representar 1% da produção pesqueira nacional.

Então, não se encontram justificativas para a argumentação de que a lista estaria impactando a produção pesqueira nacional. Ao contrário, o que foi feito foi uma tentativa de conciliar a lista com o uso sustentável de parte dessas espécies.

Aqui, vemos aqui algumas das condições biológicas de espécies que justificam também sua entrada na lista oficial. São espécies que têm ciclo de vida muito longo, maturação sexual tardia, ou seja, são muito sensíveis e não suportariam. Essa população foi sendo drasticamente reduzida, ao longo de décadas, por pressão pesqueira, de forma não controlada.

E espécies muito conhecidas do público não estão incluídas na lista oficial, e a sua pesca continua sendo permitida. Por exemplo, várias espécies de badejo não estão incluídas na lista oficial e podem ser confundidas com apenas duas espécies de badejo que estão na lista oficial.

Várias sociedades científicas e instituições não governamentais e ambientais apoiam e defendem também a lista, inclusive *sites* de domínio público.



Enfim, resumidamente, o que eu gostaria de apresentar são esses pontos, e fico à disposição para responder a perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Roberto Ribas. Antes de passarmos para a próxima exposição, Roberto, tenho só uma pergunta. Se não puder responder agora, pode fazê-lo depois, na segunda rodada.

Esse estudo foi feito também em parceria com os pescadores, que se reuniram em pontos de alguns Estados do Brasil, para que pudesse ser feito em conjunto?

O SR. ROBERTO RIBAS GALLUCCI - Como eu mostrei, na construção de uma lista oficial de espécies ameaçadas de extinção, foi feito um processo de consulta a pesquisadores especialistas, porque esse é um processo estritamente científico nesse primeiro momento.

A etapa de consulta aos pescadores vem posteriormente, quando da identificação das espécies candidatas à lista, para se avaliar melhor a relação entre a produção pesqueira e a edição de uma lista oficial, os seus impactos, e para se tentar buscar os meios, dentro do possível, para se reverter essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Ok.

Passo a palavra imediatamente à Dra. Monica Brick Peres.

Enquanto ela prepara sua apresentação, quero registrar a presença aqui do Sr. Thiago Lapa, que representa a ONG Oceana; da Sra. Luciana Fernandes Coelho, também da Oceana; do Sr. Mario Mantovani, representante da SOS Mata Atlântica, que não está mais presente; da Sra. Clarissa Presotti, analista de políticas públicas da WWF Brasil; e do Sr. Fabio di Dario, representando a Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Obrigado pela presença.

Registro também que já passaram por aqui os Deputados Roberto Sales e Antonio Bulhões.

Passo a palavra à Dra. Monica Brick.

A SRA. MONICA BRICK PERES - Boa tarde a todo o mundo. Agradeço ao Deputado o convite e a oportunidade de discutir um assunto tão importante.

Eu começo com uma provocação para vocês. A lista não é o problema, mas é consequência de um problema muito maior, e nós vamos descobrir o que é isso.



A Portaria nº 445, de 2004, do Ministério do Meio Ambiente, listou 475 espécies de peixes e de invertebrados aquáticos em extinção. Acabei de identificar que a grande preocupação do Deputado são as espécies de água-doce do Rio Grande do Sul, que é o dourado, o surubim, etc.

Então, são 378 espécies de água-doce, cujos principais impactos se deram em razão de construções de hidrelétricas ou possíveis construções, no futuro, de hidrelétricas, que gerariam poluição e destruição do *habitat*, enquanto que, em relação às espécies marinhas, os principais impactos que geraram a maioria dos declínios populacionais dessas espécies ocorreram por conta de pesca excessiva não manejada.

Isso o Roberto já apresentou bastante bem.

(Segue-se exibição de imagens.)

Foram 1.400 especialistas que avaliaram mais de 12 mil espécies da fauna brasileira, todas vertebradas; 200 instituições de pesquisa e ensino estiveram envolvidas; houve uma análise de quantidade de dados imensa por muitos anos. Foram 5 anos, 6 anos de avaliações.

Após a publicação, houve vários GTs, GT do Ministério da Pesca e Aquicultura, GT do Ministério do Meio Ambiente, consulta e discussões com o setor pesqueiro.

É importante dizer, Deputado, que houve um painel de especialistas em que foram trazidas novas informações ou informações que não teriam sido usadas e foram reavaliadas. Houve a possibilidade de reavaliá-las. Acho que uma ou duas espécies trocaram de categoria.

O processo científico é inquestionável.

Isso aqui é repetição também. Temos listas estaduais. Esses são Estados costeiros, ou seja, Estados que têm fauna marinha. Olhei lista por lista das espécies marinhas. As espécies que estão nas listas dos Estados são também as que estão na Portaria nº 445.

Ou seja, isso valida que o declínio populacional é uma realidade. O que temos de discutir é o que faremos com isso, porque esse é o grande problema.



Houve uma grande polêmica em relação a mais ou menos 30 espécies marinhas. Essas espécies basicamente foram pescadas excessivamente, e suas populações declinaram muito.

É importante dizer que foi por conta da pesca excessiva dessas 30 espécies que houve essa polêmica e a abertura de uma ação civil. Algumas dessas 30 espécies marinhas que serão o foco dessa palestra tiveram até 98% de declínio populacional. Esses dados, principalmente os do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, foram colhidos durante anos em cruzeiros marítimos de pesquisa realizados por instituições super-reconhecidas.

A sobrepesca não é um privilégio do Brasil. Todas as regiões do mundo apresentam esse problema. Vemos gráficos parecidos com o que nós temos aqui na lista de espécimes do Brasil. Temos em todos os lugares do mundo um declínio grande de espécies por pesca mal manejada. E isso tem solução. Isso que é importante.

Estima-se que a falta de manejo pesqueiro causa prejuízo de mais de 50 bilhões de dólares, que poderiam estar no bolso das pessoas. Isso acontece simplesmente porque não há manejo, não há gestão e não há pesquisa. Estudos na Flórida mostram que cada dólar investido em pesquisa e manejo gera 200 dólares nas economias locais.

Então, é uma falta de inteligência não manejar as pescarias, porque os peixes se recuperam, Deputado. Eles se recuperam muito facilmente. Nós só precisamos fazê-lo.

A analogia que faço é a do comportamento selvagem. Permitir e manter a sobrepesca é o mesmo que, para pegar as maçãs, se cortar a árvore. O que se tem de fazer é deixar a árvore e tirar as maçãs, para, o ano que vem, haver mais maçãs. A melhor forma de fazer a pesca gerar benefício econômico é garantir que a população esteja saudável e seja capaz de produzir um rendimento bom para os pescadores.

Então, vejam aí a solução. Depois que essas espécies, que esses estoques, que essas pescarias foram manejadas — vejam lá —, as populações não demoraram nem 2 anos a se recuperarem. Essa parte do gráfico em azul representa a recuperação da abundância populacional. Eu acho que temos de focar nisso. Em



vez de ficarmos discutindo lista, precisamos discutir como resolver o problema e como administrar esse problema até que ele seja resolvido.

Aqui se vê uma população de robalos nos Estados Unidos na qual tinha havido quedas muito acentuadas. Quando o limite de pesca foi aplicado, o estoque se recuperou em menos de 4 anos. Eu poderia passar aqui a tarde inteira mostrando exemplos e exemplos e exemplos de recuperação.

Isso é muito importante, porque a população humana é crescente, e é preciso alimentar as pessoas. Vai haver em torno de 9 ou 10 bilhões de pessoas no mundo em 2050. Hoje, 795 milhões delas não têm o que comer, sendo que mais de 460 milhões de pessoas passam fome em países pesqueiros, o que é um absurdo. Por que isso acontece? Por causa da sobrepesca generalizada e da falta de investimento em gestão pesqueira.

Existe uma fonte inesgotável de alimento, de proteína saudável: o mar. A pesca é a atividade de produção de proteína animal com o menor custo. Ela não exige terra, não exige antibiótico, não exige água doce e quase não produz gases de efeito estufa.

Estes são os dados da FAO relativos à produção pesqueira mundial da década de 70 até a década de 90, quando começou a haver um declínio. Esta parte aqui representa as estimativas do Costello e colaboradores, que mostram que, se nada for feito no que se refere à sobrepesca, a produção pesqueira mundial vai continuar caindo, mas que, se os estoques pesqueiros forem recuperados, haverá um aumento da produção de pescado. Há uma diferença de 30% de produtividade entre a pesca manejada e a não manejada.

Hoje se produz de pesca o equivalente a 450 milhões de refeições para as pessoas. Se recuperarmos os estoques, poderemos produzir 700 milhões de refeições por dia. E, se todo o pescado for usado para a alimentação humana, e não para ração, aquicultura e piscicultura, poderemos alimentar 1,1 bilhões de pessoas.

No Brasil, qual é a nossa situação? Segundo o Ministério da Pesca, a pesca extrativa marinha produz entre 500 e 600 mil toneladas e emprega em torno de 1 milhão de pescadores. A pesca artesanal emprega mais de 99% desses pescadores e é responsável provavelmente por 50% a 70% da produção.



Porém, nossas pescarias não são bem manejadas. Não há monitoramento de desembarque há muito tempo. A situação é gravíssima. Não sabemos quanto se pesca, quantos pescadores existem e quantos barcos estão em atividade, o que, para um País que é a sétima economia mundial, eu diria que é uma vergonha.

Há uma instabilidade institucional enorme na SUDEPE, desde 1962, e no IBAMA, desde 1989. Depois, houve a divisão de atribuições. Cada vez que a gestão pesqueira muda de instituição, para-se por 1 ou 2 anos e perde-se muito da memória institucional. Ou seja, há uma falta de política contínua e planejada. Falta, como eu falava para o senhor, um plano de gestão.

A atividade pesqueira é uma atividade econômica. Ela precisa de planejamento. Não é o melhor para a pesca que as normas sejam publicadas no Diário Oficial de um dia para o outro. O melhor seria que as pessoas pudessem saber o que vai acontecer para elas se organizarem, deixando de investir, por exemplo, em redes que serão proibidas.

Então, vê-se que o problema não é a lista e, sim, a falta de gestão de pesca. No contexto brasileiro, a lista, na nossa opinião, é mais do que necessária. Ela está sendo usada como uma âncora. Toda vez em que ela esteve em vigor, conseguiu-se mover os dois Ministérios, devido à pressão da Oposição. Foi a partir disso que se começou a planejar o monitoramento e a criar os Comitês Permanentes de Gestão — CPG.

Portanto, a lista hoje, em nossa opinião, é a âncora necessária para se resgatar toda a reestruturação do sistema de gestão. O Brasil e a pesca, sem essa lista, estão fadados ao colapso.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sra. Monica Brick Peres, Diretora-Geral da ONG Oceana.

Antes de passar a palavra para o Sr. José Dias, quero registrar a presença de alguns Deputados que passaram por aqui mas não puderam permanecer, em função das várias atividades que esta Casa impõe. Há várias Comissões e o Plenário funcionando ao mesmo tempo. Os Deputados passam aqui, registram presença e vão fazer outras atividades.



Portanto, registro que os Deputados Nilto Tatto, Max Filho, Carlos Henrique Gaguim, Evair Vieira de Melo, Jaime Martins, Bilac Pinto, Adilton Sachetti, Franklin Lima e Júlio Delgado estiveram aqui.

Passo a palavra de imediato ao Sr. José Dias.

O SR. JOSÉ DIAS - Boa tarde a todos.

Inicialmente, eu gostaria de cumprimentar o Deputado Carlos Gomes e parabenizá-lo pela iniciativa. Cumprimento ainda a Dra. Monica e o Dr. Roberto Gallucci.

Ao parabenizar o Deputado pela iniciativa, gostaria de estimular a realização de outra audiência pública, com uma presença mais significativa principalmente de representantes do setor, tendo em vista que o Brasil passa por um dos piores momentos na República, no qual predominam a desinformação ou informações que requerem base de verdade. Eu diria que o maior problema que houve com essa lista, não tanto com a que foi lançada em 2004, foi a desinformação ou o uso indevido de argumentos que não são verdadeiros.

Portanto, audiências como esta com certeza são oportunidades maravilhosas para que o Estado brasileiro — e aí me refiro aos Três Poderes, como também à sociedade usuária — possa, de maneira mais clara, perceber o processo de construção das coisas, os fundamentos que levaram à situação atual e, principalmente, os caminhos que se deveriam seguir para garantir o uso sustentável de espécies que eventualmente estejam na lista.

Os responsáveis pela área ambiental não colocam na lista espécies por serem bonitas ou intocáveis. Eles o fazem na expectativa de que o Estado brasileiro seja capaz de um dia retirar essas espécies da lista, de modo que elas possam voltar a ser aproveitadas.

O Roberto e a Monica trouxeram informações bastante significativas e importantes de como foi construída a lista. Ela foi produzida com o melhor conhecimento científico nacional e passou por vários filtros. Quando necessário e quando identificadas espécies de interesse econômico e/ou social, os segmentos envolvidos foram chamados para discutir, inclusive o Ministério, que era o então responsável pelo fomento, para, junto conosco, encontrarem o melhor caminho.



Mesmo assim, resolveram judicializar a questão. Isso é o pior dos mundos, porque, há 1 ano, mistificou-se tanto isso que espécies para as quais talvez se pudesse fazer um trabalho de recuperação hoje estão tendo seu processo de sobrepesca agudizado e/ou estão sob a ameaça de extinção.

Dito isso, eu gostaria de centrar a minha fala, complementarmente aos dois que me antecederam, em dois aspectos. Um, fundamental, de que a Monica já falou, é que nós vivemos uma crise de Estado naquilo que se refere à gestão pesqueira nacional. E o pior é que vivemos essa crise depois de o Estado brasileiro ter elevado essa gestão ao mais alto escalão da administração pública no que se refere a órgão, com a criação de um Ministério para a área, o qual, juntamente com o Ministério do Meio Ambiente, viria a definir as regras de uso para ela.

Esse Ministério, que funcionou por 9 anos, em vez de ter sido utilizado para construir alguma coisa sólida, foi aproveitado — e isto não é culpa só do Estado, mas da sociedade usuária e, principalmente, dos seus representantes — para o pior dos processos, o que terminou na Operação Enredados, que os senhores conhecem — não vou me aprofundar nisso.

Ou seja, em vez de se capitalizar o processo com a geração de dados, informações e pesquisas, procurou-se outro caminho, a ponto de o Estado brasileiro estar há 10 anos sem uma coleta sistemática de dados da produção pesqueira nacional. Imaginem o absurdo: há 10 anos, portanto, não se coletam, de forma responsável, de forma metodologicamente sustentável, informações sobre a produção pesqueira. Se me perguntarem hoje qual é a produção de qualquer recurso, qualquer espécie, qualquer pescaria, eu vou responder: *“Com base nos dados de 2007 ou 2008, nós temos como inferir essa informação, mas essa rede de coleta foi desmontada”*.

E, na avaliação de alguns dos especialistas, ela foi desmontada propositalmente. Só pode ter sido, não é? Como é que, primeiro, a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca e, depois, o Ministério, em relação a informações que vinham sendo coletadas sistematicamente, podem dizer: *“Parem, porque eu quero fazer melhor”*? E eles não o fizeram — ao contrário, desestruturaram a questão.



Eu tive o privilégio, como servidor público, de passar 2 anos dizendo: “*Nós podemos fazer juntos*”. O órgão responsável pela rede de coleta, o IBAMA, disse: “*Vamos continuar com ela! Nós podemos fazer juntos. Vamos somar esforços*”. E responderam: “*Não, queremos fazer outra coisa*”. E a outra coisa é isso que aí está, um buraco de 10 anos sem informação.

Porém, há também quem diga que esse é o melhor dos mundos, porque, não havendo informação qualificada, ganha quem grita mais alto. Imaginem a que ponto o nosso mundo chegou: ganha quem grita mais alto, como consequência da falta de informação. Quando há informação, não se discute com o coração, discute-se com base em uma verdade técnico-científica.

Então, nobre Deputado e demais senhores aqui presentes, a reflexão que se faz tem fundamento no que se avaliou com base nos melhores dados científicos entre 2009 e 2014, a partir de dados pretéritos. Certamente, se hoje nós formos fazer uma nova avaliação, teremos de fazê-la a partir de inferências, sem saber se a situação não piorou — e piorou muito! — ou melhorou.

Eu diria até aos senhores, em uma última avaliação, que somos capazes de recuperar uma pescaria. Há um ou outro raríssimo exemplo de recuperação no País. Já conseguimos recuperar a sardinha, assim como a piramutaba, lá no norte, além de algumas outras espécies. No Brasil, quando se quer fazer algo e se têm condições de fazê-lo, faz-se. Contudo, quando não se quer, não se faz.

Então, o nosso futuro é extremamente sombrio. Cabe ao Executivo, ao Parlamento e às forças vivas da sociedade articular-se para fazer com que as coisas que existiram no passado voltem a existir, como a geração de dados e o monitoramento permanente de cada pescaria.

Não é possível, só com base na produção, dizer se a pesca está bem ou não. Precisa-se de dados de CPUE, de informações sobre o tamanho mínimo de cada exemplar que está sendo pescado. Um exemplo típico dessa necessidade é o fato de que, se o estoque estiver em sobrepesca, a tendência é os indivíduos irem diminuindo de tamanho, não chegando sequer ao tamanho adequado para a reprodução.

Então, é preciso um monitoramento fino para algumas espécies que são hoje alvo de lista ou a respeito das quais é sabido serem sobrepescadas há alguns anos



no Brasil. É preciso ter dados de produção, de Captura por Unidade de Esforço — CPUE, além de dados amostrais de comprimento, de reprodução, entre outros, para poder fazer avaliações de estoque e, a partir daí, definir de forma científica a situação real de cada pescaria.

Esse é um problema que nós necessariamente temos que enfrentar o mais urgentemente possível. E eu diria que o quadro lamentavelmente não é animador, como a Monica falou há pouco. Na última gestão do Ministério da Pesca, começou-se a vislumbrar uma saída. Com a extinção do Ministério e sua incorporação ao Ministério da Agricultura com um quadro mínimo, reduzido, já estamos há 1 ano sem que sequer a renovação da licença de barcos está sendo viabilizada. Esse é o pior dos mundos.

Nós achamos que o fomento é uma coisa, a definição de regras de uso ou gestão é outra. No Brasil, todas as definições de limite estão com a área ambiental. Nós queremos que essa discussão venha a público e que a definição de limites de uso de recursos pesqueiros fique na área ambiental. O fomento à aquicultura, que é um processo mais próximo da agricultura, com respeito às regras ambientais, poderia estar no Ministério da Agricultura, porque assim nós teríamos condição de dizer de maneira mais isenta: *“Fomente desse lado, a partir dessas regras que aqui estão”*.

Eu posso usar subsídio ao óleo *diesel*? De repente, eu estou dando um tiro no pé, porque a espécie que está sobrepescada não mereceria continuar tendo o subsídio, porque se mascara o ponto de equilíbrio econômico e, a partir daí, estimula-se a sobrepesca. Dessa forma, nós discutiríamos, em relação ao fomento e à gestão, como esses instrumentos poderiam ser mais bem utilizados, como esses instrumentos seriam mais bem manejados.

Então, até para não me exceder — eu tenho tempo, mas acho que poderíamos privilegiar a discussão —, quero dar parabéns ao Deputado. Espero que ocorra uma nova audiência, a mais massiva possível, e que nós venhamos a superar, o mais rápido possível, a questão judicial, para botarmos em prática o que ela prevê, ou seja, que mesmo as espécies vulneráveis podem ter uso responsável e uso sustentável. Enquanto isso não vem, nós ficamos no pior dos mundos, talvez agravando a situação.



No mais, fico à disposição da Mesa e do Plenário para eventuais esclarecimentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. José Dias, que representa aqui o nosso IBAMA.

Registro a presença do Deputado Valdir Colatto. V.Exa. quer fazer uso da palavra?

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, cumprimento o Sr. José Dias. Eu não ouvi a exposição dos palestrantes sobre esse tema tão importante, mas todos são bem-vindos. Nós estávamos com quatro Comissões funcionando ao mesmo tempo. Eu saí de uma, fui para outra, para outra, e agora estou na quarta Comissão.

Eu vou aproveitar um pouco a fala do Sr. José Dias, do IBAMA, para dizer que nos deparamos com algo que sempre discutimos: essa questão das espécies em extinção. Eu ouvi o senhor falar que há 10 anos não se faz um estudo mais aprofundado sobre essa questão da pesca. Isso é o que eu ouço dos pescadores lá de Santa Catarina, que dizem que não se faz um estudo mais aprofundado, inclusive com a participação dos pescadores, que são as pessoas que conhecem profundamente o assunto. Eu tenho recebido reclamações sobre pessoas que fizeram esse trabalho e não conseguem distinguir uma espécie de peixe da outra.

Então, Deputado Carlos Gomes, nós realmente precisamos, de forma técnica, trabalhar melhor essa questão. Eu acho que o Brasil peca muito por não trabalhar tecnicamente as situações.

Eu sou um técnico na política. Não sou um político, sou um agrônomo na política por acaso. Há alguns dias, eu estive na Austrália tratando da questão dos defensivos agrícolas. Nós perguntamos a eles: *“Como é que se resolve essa questão tão polêmica? No Brasil, há uma criminalização, há briga, há todo um processo de discussão apaixonado. Como se resolve isso?”* Eles nos disseram algumas coisas que nos deixaram bastante impressionados e nos fizeram pensar nesse processo. Eles resolvem as coisas pela ciência, de forma transparente. Fazem o trabalho e mostram para a sociedade como é. Assim, a sociedade sabe exatamente o que se está fazendo e por que se está fazendo. Por esse caminho,



eles resolvem essas questões. Nós pecamos bastante por não fazer isso, por não respeitar a ciência e também por não ouvir as pessoas que são da área. Ali ocorre o dia a dia, é ali que as pessoas conhecem o problema.

Aqui nós tivemos vários exemplos. Nós levamos 10 anos nesta Casa para discutir uma lei que trata da integração na pesca entre produtores e indústria — eu fui o Relator final —, porque o pessoal não sentava e não ouvia um lado nem o outro. Quando conseguimos colocar os dois lados na mesa, chegou-se a um acordo: “*Olha, o caminho é esse*”. Agora, estamos vendo que o pessoal está se entendendo. Um coloca uma razão, o outro coloca outra, e estão achando o caminho.

Aqui foi criada a chamada Lei do Motorista. Após 1 ano da criação da lei, houve uma briga e se chegou à conclusão de que ela não servia para lado nenhum: nem para o embarcador, nem para o motorista, nem para o policial rodoviário federal, nem para o Ministério do Trabalho. Ela não servia para ninguém. Por que isso aconteceu? Fomos descobrir que não tinham ouvido ninguém, não tinham ouvido o setor. Então, é claro que iam errar.

Acho que o caminho é esse, Deputado Carlos Gomes, que propôs este evento. É uma pena que hoje esteja esvaziada esta reunião da Comissão de Meio Ambiente, da qual também faço parte, como titular.

Quanto às espécies em extinção não só da fauna, da qual estamos falando especificamente aqui, mas também da flora, temos que estudar, temos que nos aprofundar muito. O Brasil precisa de um estudo muito técnico em cima disso, sob pena de, daqui a pouco, inviabilizarmos economicamente certas atividades, olhando só o lado ambiental. Temos que fazer o desenvolvimento sustentável. Não há como puxarmos só para um lado, porque, por trás disso, há uma sociedade, uma atividade.

As pessoas que colocam a assinatura numa portaria complexa como esta têm que ter cuidado. Não podemos criar conflitos insuperáveis, porque, ao invés de ajudar, estaremos prejudicando, porque estaremos mandando aquilo que era sério, que estava dentro das regras, para a clandestinidade. Este é um perigo que nós corremos. Aperta-se tanto a coisa que, daqui a pouco, vão dizer: “*Se não posso fazer legalmente, eu vou fazer clandestinamente*”. Isso foi o que aconteceu com a questão dos pássaros. Como não foi legalizada, incentivou-se o contrabando. Está



aí o resultado: enquanto não se legalizar, vai-se incentivar o contrabando. Temos que trabalhar isso bem coerentemente.

Eu quero parabenizar os palestrantes por esse trabalho e dizer que estou atento. Se eu puder ajudar, para que isso caminhe, estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Informo a V.Exa. que, por decisão unânime dos debatedores, foi sugerido que façamos outra audiência pública, trazendo também representantes da Secretaria da Pesca e dos pescadores, que hoje não participaram. Nós vamos protocolar outro pedido para ampliarmos e aprofundarmos o debate. Queria só informar isso a V.Exa.

Eu vou conceder a palavra agora aos participantes que quiserem se manifestar, por 3 minutos, para acrescentar algo ou para fazer uma pergunta específica a algum dos componentes da Mesa.

Concedo a palavra ao Sr. Fábio, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O SR. FÁBIO - Prezados senhores presentes, boa tarde.

É uma alegria e um prazer estar vendo esta discussão chegar ao ponto em que está. Assim como todos fizeram, eu parabenizo V.Exa., Deputado, por trazer este debate aqui para a Câmara. De fato, ele é essencial e deveria ter acontecido antes — eu concordo com V.Exa.

Aqui tratamos da desinformação e dos problemas que foram criados a partir dela. Eu, como pesquisador, como alguém que trabalhou assiduamente no estabelecimento das listas, ao longo de 5 ou 6 anos, com literalmente milhares de outros colegas, quero falar de alguns pontos.

Eu imagino que V.Exa. tenha contato com alguns biólogos por aí. Eu sou biólogo, sou ictiólogo — trabalho com peixes. Nós biólogos enxergamos os pescadores, de um modo geral, especialmente os artesanais, com um misto até de inveja, pelo fato de essas pessoas muito importantes estarem o tempo todo em contato com a paixão das nossas vidas. Nós não escolhemos trabalhar com peixes por qualquer motivo que não seja paixão.

O processo de categorização das espécies, previsto pelo Ministério do Meio Ambiente junto com a União Internacional para Conservação da Natureza — UICN, requer certo rigor técnico. Mas, de maneira nenhuma, significa que esse rigor



técnico tenha excluído o conhecimento popular dos pescadores. Ele não é nem pode ser excluído. Existe uma conexão direta conosco.

Nós fizemos avaliações em âmbito nacional. Eu trabalho no Rio de Janeiro, alguns colegas trabalham no Rio Grande do Sul e outros, nas Regiões Norte e Nordeste. É evidente que, em todo esse processo, nós consideramos muito a opinião de todos os setores da população que têm contato até mais direto com a pesca.

Então, eu não vejo, em nenhum momento, uma distinção entre pescadores e pesquisadores. Ela não existe. Eu garanto para o senhor que não há. Isso não é, de modo nenhum, algo que inviabilize as listas ou que as transforme em um produto altamente técnico, independente da opinião de setores da sociedade. Nós sabemos que os setores são altamente importantes e, é claro, trabalhamos em conjunto com os pescadores.

O Sr. José Dias, fantástico como sempre — obrigado por mais este momento —, comentou a questão dos dados. Na ausência de um Estado que forneça dados estatísticos pesqueiros adequados, o que o Governo fez foi adequado: buscou os pesquisadores. Os pesquisadores têm dados sobre a pesca. Por causa dos nossos projetos, das nossas atividades, nós conseguimos ter uma visão mais clara sobre como está a situação da pesca no País.

É claro que isso não é o ideal. O ideal é que o Estado brasileiro assuma a sua função e organize isso no País como um todo, como qualquer Estado que se preocupe com a pesca deve fazer. Mas nós pesquisadores temos dados. Novamente, eu garanto que os dados que foram utilizados são os melhores possíveis, altamente técnicos, criteriosos, considerando o impacto que haveria nos setores da sociedade que usufruem desse recurso natural, que é do País como um todo.

Eu gostaria de terminar esta breve fala ressaltando o que a Sra. Monica comentou, assim como o próprio Sr. José Dias: precisamos fazer algo daqui para a frente. Nós já estamos há 2 anos discutindo a lista, que é real. Sendo ela uma portaria ou não, nós sabemos quais são as espécies ameaçadas. Nós temos uma visão muito clara disso. A base para isso tudo é muito robusta.



A maneira como ela foi divulgada para a sociedade não foi muito boa — nós concordamos nisso, com certeza —, mas o principal é a ausência de políticas públicas após a publicação dessa lista, tanto no sentido de disseminação do conhecimento como no sentido de implementação de mecanismos de recuperação desses estoques, que claramente é o que querem todos: nós, o setor pesqueiro industrial e artesanal, os ambientalistas.

Então, acho que tem que ficar claro que nós estamos trabalhando em conjunto e que temos que fazer isso em conjunto. Ressalto um ponto que eu considero importante: nós estamos inseridos na comunidade dos pescadores e consideramos o conhecimento deles como sendo crucial para isso tudo.

Parabenizo novamente a todos.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. Fábio.

Consulto se mais algum presente gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

Por gentileza, identifique-se, dizendo o nome e o que representa. Eu lhe concedo a palavra por 3 minutos.

O SR. SERGIO PINHO - Boa tarde.

Meu nome é Sergio Pinho. Eu sou assessor Parlamentar do Deputado Leônidas Cristino. Sou engenheiro de pesca e fui diretor da extinta Superintendência do Desenvolvimento da Pesca — SUDEPE. Eu queria só fazer alguns comentários aqui com relação a essa questão.

É lógico que é importante haver uma lista de espécies ameaçadas. O que o Ministério da Pesca, com técnicos bastante abalizados, questionou até o ano retrasado é que a portaria dessa lista foi publicada sem que tenha havido uma discussão com as outras aéreas técnicas. Essa é uma questão fundamental.

Na lista, misturam-se as espécies ameaçadas e não se estabelecem, pelo menos para o grande público, o que é ameaça, qual é o nível de ameaça e como ela se perpetua. Isso é uma coisa importante.

A falta de informação científica é geral no Brasil. Houve um problema grave na penúltima gestão do Ministério da Pesca, quando acabaram com a estatística. Existia um interesse em aumentar o valor do seguro-defeso, e passou-se a fazer a estatística a partir de informações das colônias de pescadores, que também tinham



um interesse cada vez maior em aumentar o valor desse seguro. Aconteceu o que aconteceu: o Brasil gastou 15 bilhões de reais em 10 anos com o seguro-defeso, quando se construiria com esse dinheiro um setor pesqueiro forte e pujante.

Eu queria discordar do meu colega e companheiro de muitos embates, o Sr. José Dias, com relação ao óleo *diesel*. Existe uma discussão muito grande, desde o início, a respeito disso, com muita gente sendo contra. O óleo *diesel* não é um fomento à pesca. O preço de equalização do óleo *diesel* foi criado e ainda hoje serve para equalizar minimamente o preço que é pago no Brasil e o preço que é pago em todo o mundo pelo setor pesqueiro. Então essa história de dizer: “Ah, o óleo *diesel* fomenta a pesca...” Fomenta coisíssima nenhuma. Ele só reduz um pouco o prejuízo.

Eu acompanho a pesca há 40 anos e tenho visto a dificuldade que o IBAMA e as outras entidades de pesquisa têm com relação a isso. Mas, infelizmente, nesses 40 anos, nós estamos fazendo o mesmo do mesmo.

Eu não pude chegar no início da reunião, mas ouvi o Sr. José Dias falando sobre a redução dos tamanhos mínimos. O principal fator — acredito nisso piamente e posso discutir horas sobre o tema — de redução do tamanho médio das pescarias é o ordenamento errado que é feito no Brasil.

Ao se estabelecer um tamanho mínimo de captura, diz-se que só se pode tirar o peixe de determinado tamanho para cima. Ora, isso favorece os nanicos. Se um peixe não passa de 39 centímetros — o tamanho mínimo, dependendo da espécie, são 40 centímetros —, em toda sua vida adulta ele terá 39 centímetros e não vai ser pescado. Isso parece engraçado, mas é a pura realidade. Portanto, a produção será de proles pequenas. A Austrália há muitos anos faz isso. Algumas vezes tentamos discutir esse assunto, mas fomos barrados.

Nós sabemos que quanto maior o tamanho de determinadas espécies, maior é a capacidade de desova e maior a capacidade de defesa da prole, pelo próprio tamanho, se a espécie tiver obrigação de defender a prole.

Então, esse ordenamento de forma equivocada, sem novas opções, em que se une um grupo que se interessa em proteger determinadas espécies a outro grupo que se interessa em receber benefícios governamentais sem trabalhar, gera esse tipo de ordenamento desastrado que o Brasil fez nos últimos anos. INs são



equivocadas, e essa é um delas, que é equivocadíssima e precisa ser discutida e trabalhada.

Eu cito um exemplo de equívoco. Uma IN ou uma portaria — eu não sei, talvez o pessoal possa me ajudar aqui — do ex-Ministro Crivella estabeleceu a proibição de desembarque de barbatana de tubarão, a pedido de alguns biólogos, que, com muita justeza, queriam defender os tubarões. Quanto a isso não há nenhum problema. O tubarão não deixa de ser pescado, não deixa de ser fauna acompanhante. A pessoa pesca o tubarão, joga o que não se aproveita no lixo e perde dinheiro, já que não se estabelece um mínimo consumo dessa espécie.

Eu acho que essas coisas precisam ser discutidas. Aqui não há artista nem bandido. Todo mundo está sendo vítima de uma situação de desleixo com a atividade pesqueira. É lamentável que, em uma audiência tão importante como esta, não haja representantes da indústria, representantes de armadores, representantes de construtores de equipamentos de pesca, que também sofrem proibições, representantes da indústria e do comércio de pescado e até dos aquicultores. Então, é importante considerar essas coisas em uma audiência destas.

Espero que, na próxima audiência, nós tenhamos esta sala cheia, como já vi outras vezes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado, Sérgio Pinho, pelas contribuições. Nós iremos observar e acatar as suas sugestões para a próxima audiência pública.

Pergunto se mais alguém gostaria de se manifestar. *(Pausa.)*

José Dias foi citado. Passarei a palavra a ele direto, no período das considerações, das conclusões.

Gostaria que os assessores da Comissão marcassem o tempo direitinho. E peço aos participantes que falem seus nomes, por gentileza.

A SRA. LETÍCIA CANTON - Boa tarde a todos!

Meu nome é Letícia Canton, sou representante do Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca — CONEPE.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer ao Deputado por me permitir a palavra e queria cumprimentar os Deputados presentes e os componentes da Mesa.



Deputado, rapidamente, eu gostaria de agradecê-lo pelo registro da nossa presença no início da audiência.

Vou falar um pouco sobre o CONEPE. O Conselho Nacional de Pesca e Aquicultura representa o setor da pesca industrial. Infelizmente, nós apenas soubemos desta audiência hoje pela manhã. Então, eu só pude estar aqui porque fico na sede do CONEPE. Os outros diretores, o presidente, os pescadores e os armadores não puderam estar presentes, infelizmente.

Sabemos da importância deste espaço e agradecemos a V.Exa. pela sugestão de fazermos uma nova audiência, com a presença de representantes da pesca industrial e da pesca artesanal, os principais interessados nessa discussão.

Eu gostaria também de salientar, como o senhor já observou, a ausência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o que, para nós, é muito prejudicial, visto que eles são os representantes da pesca.

Queria fazer aqui somente alguns destaques, para deixar como registro.

Fábio falou em nome dos pesquisadores que participaram de todo esse processo. Agradecemos muito pelo trabalho árduo que vocês tiveram na avaliação das espécies. Mas gostaríamos de dizer que não houve nenhum tipo de contato ou consulta ao setor pesqueiro durante esse processo. Não estou colocando a culpa em vocês, de modo algum, muito pelo contrário. Eu acho que faltou da parte do Governo essa consulta, esse contato com o setor, antes da publicação da portaria. Infelizmente, isso só aconteceu após a publicação da portaria. E o setor se manifestou contrário à publicação da mesma, senão não teríamos nem ambiente de discussão.

Essa discussão mais aberta com o setor só aconteceu, por parte do Governo, por iniciativa da Secretaria de Aquicultura e Pesca, que estabeleceu um grupo de trabalho para discussão. Daí vieram as proposições para alterar a categorização de uma espécie antes da lista, para trazer outras notícias, algumas informações, alguns dados sobre espécies que não estavam presentes quando da avaliação.

Eu queria só salientar que o setor não é oposição. O setor é a parte mais interessada; é a principal parte prejudicada nessa história toda e está, como sempre esteve, à disposição para discutir sobre isso.

Obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Letícia.

Também lamento pela ausência do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Secretaria de Aquicultura e Pesca. Mas eu tenho certeza de que, na próxima, estarão.

Mais alguém deseja se manifestar? (*Pausa.*)

Então nós vamos para as considerações finais. Vou fazer uma nova rodada com todos os debatedores da Mesa.

Começamos com o Sr. José Dias, representante do IBAMA, que foi mencionado. Aproveito para colocar à sua disposição o tempo para o encaminhamento final.

O SR. JOSÉ DIAS - Obrigado, Deputado.

O objetivo da minha intervenção não será fazer nenhum bate-bola, mas, como eu disse, esclarecer alguns pontos.

Se eu falei em fomento para o óleo *diesel*, como disse o colega Sérgio Pinho, eu corrijo para subsídio. E é um subsídio que mascara o ponto de equilíbrio econômico da pescaria e, portanto, pode comprometer a estabilidade da pesca. Mas essa é uma posição pessoal, e eu não estou aqui para alimentá-la.

Sérgio, que bom seria se nós estivéssemos fazendo mais do mesmo nos últimos 5 anos, porque, se fosse assim, nós teríamos estatística pesqueira, nós teríamos centros de pesquisa fazendo pesquisa em todo o litoral brasileiro, junto a universidades, com gente que sabe fazer a coisa tecnicamente.

Eu aproveito a oportunidade, Deputado, para dizer que, quando as condições são dadas, o Brasil sabe fazer gestão — e bem feita —, sabe coletar informações da melhor maneira, sabe, junto a segmentos sociais, definir a melhor regra possível e sabe recuperar pescarias. Eu falei rapidamente sobre isso. Recuperamos a pesca de sardinha, de piramutaba e, no Norte, do camarão. Mesmo com a dificuldade criada nos últimos anos, quando há política com recursos bem aplicados e com objetivo bem definido, o Brasil mostra que tem competência.

O País foi referência — e pode voltar a ser — em fóruns internacionais, como a ICCAT, em que fez bonito. Nos últimos anos, sequer os dados de estatísticas pesqueiras nacionais são aceitos pela Comissão Internacional para a Conservação do Atum e Afins do Atlântico. Os dados lá aportados hoje são motivo de dúvida,



como eu falei, porque não existe coleta sistemática. Mas o Brasil tem experiências bem-sucedidas, Deputado, eu repito, e, se bem direcionado, com condição de trabalho, sabe recuperar a pescaria, sabe manter o melhor nível de sustentabilidade possível.

O senhor é de Santa Catarina, Deputado. Deve lembrar o que aconteceu com a produção de sardinha, uma das pescarias mais importantes do Brasil. Chegou-se a produzir mais de 200 mil toneladas por ano. Esse número caiu para 20 mil. Nós estamos recuperando as cem mil toneladas. Sabemos fazer, desde que as condições existam. E podemos discutir *tête-à-tête* com a Austrália ou outros países, desde que voltemos a direcionar as condições e as políticas para que assim aconteça.

Sérgio, a definição de tamanho mínimo não é a única medida de gestão no Brasil. Eu não estou defendendo-a como a única e salvadora medida. Nós temos várias outras. E é justamente com esse conjunto de medidas, observando-se cada caso, que conseguimos recuperar as pescarias. Portanto, é necessário se atualizar no processo de gestão que nós estamos fazendo no Brasil.

Nunca foi proibido o desembarque de barbatana. Proibiu-se o descarte do charuto e obrigou-se que fosse trazido com a nadadeira aderida. Portanto, é necessário que se reflita sobre o que se fala, porque também se mistificam informações...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. JOSÉ DIAS - Não, senhor. Não existiu isso. Existe uma IN que obriga que se traga a nadadeira aderida. É isso.

É necessário que esses fóruns aconteçam, para que visões de 2 ou 3 décadas atrás não sejam trazidas para a realidade atual, que pode até ser pior, como eu disse, não porque não se sabe fazer gestão, mas porque não se está fomentando a coleta de dados e informações de primeira.

Eu acho que o Roberto Gallucci e a Monica podem falar melhor de outros pontos, especialmente aqueles que dizem respeito à lista mencionada pela colega do CONEPE. Lembro que a lista passou por fóruns em que o Ministério da Pesca estava presente. A CONABIO foi o fórum último antes de se publicar a lista. Depois,



o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério da Pesca criaram um GT conjunto para avaliar esse processo. Certamente, meus colegas podem melhor tratar do assunto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Sr. José Dias.

Eu quero registrar que os Deputados Tereza Cristina e Victor Mendes marcaram presença na Comissão.

Para suas considerações finais, passo a palavra à Dra. Monica Brick Peres.

A SRA. MONICA BRICK PERES - Obrigada.

Há muita coisa para dizer, mas o que eu acho mais importante, Deputado, é ver o que esta Casa pode fazer em relação a isso tudo. A Secretaria da Pesca está muito fragilizada. Como eu mostrei na palestra, a situação é muito grave, é gravíssima, comparável à de um doente terminal na UTI. E nós da Oceana temos interesse em ajudar a solucionar esses problemas. Só que não podemos fazer isso sozinhos. Eu acho muito importante que o conjunto dos Deputados tenha interesse. E a minha pergunta para o senhor é: o que podemos fazer?

O Ministério da Pesca, na última gestão antes da extinção, estava planejando a estruturação de um monitoramento da pesca. Todos os editais ficaram pela metade. Isso tem que voltar a acontecer. Inclusive, temos algumas sugestões de como resolver esse problema em termos de financiamento.

Há um edital de pesquisa do CNPq. Foi repassado dinheiro para esse fim pelo Ministério da Pesca em outubro. Temos até o canhoto para comprovar. O Ministério da Pesca autorizou o repasse para o CNPq no início do ano, e a Agricultura até hoje não repassou esse dinheiro.

Vários grupos de pesquisadores se organizaram e elaboraram projeto de pesquisa para subsidiar a gestão. Houve um edital. Os grupos ganhadores se organizaram. E até hoje o dinheiro não chegou. São pessoas que reuniram informações, que têm toda a capacidade.

São 12 milhões. Não é nada. Quanto se dá de subsídio ao óleo *diesel*? Inclusive, para que sejam iniciados os projetos de pesquisa, de compilação de informação para a gestão, precisa só de 2 milhões para este ano. São necessários 2 milhões para se ter informação a fim de fazer a gestão científica, que os Deputados



dizem que é importante para haver ciência. Então, como nós faremos isso? Como os senhores e esta Casa tão importante podem ajudar?

Nós precisamos dos planos de gestão. Uma atividade econômica não pode funcionar aos soluços, tendo gestão uma hora sim, outra não. Há a troca de Ministério, e já não se sabe o que acabou, o que começou, quem é o responsável. Este ano, por 4 meses, nós ficamos sem diretor e sem secretário na Agricultura. Nós não tínhamos nem com quem falar. Nós precisamos desses planos, e eles têm que ser discutidos dentro do sistema de gestão compartilhada, com todos os setores, do jeito que as leis, instruções normativas e portarias publicadas no ano passado definem.

Nós precisamos de planos de recuperação para essas espécies. Elas não podem continuar a ser pescadas, porque, quanto menor a abundância da população, mais difícil é recuperá-la, demandando mais tempo e esforço. Então, nós precisamos hoje é de definir um plano.

Nesse sentido, a minha pergunta, a minha provocação ao Deputado é: como é que nós podemos ajudar? O que os Deputados interessados poderiam fazer? Eu não conheço como funciona o trabalho dos senhores funcionam. Talvez fosse o caso de criar um grupo de trabalho? Quais seriam as ferramentas aqui disponíveis para começarmos a resolver esse problema? Existem vários pontos, e nós temos enviado para cá uma série de ofícios com sugestões.

A Oceana tem o maior interesse em resolver isso. Nós achamos muito difícil continuar na situação em que estamos, e a pergunta é: como sair desse ponto e começar a resolver o problema?

Bem, eu vou deixar as discussões para a próxima audiência, mas vou provocar o debate no sentido de que se possa responder a isto: e agora, no ponto em que estamos, o que nós faremos primeiro e quando o faremos? Qual é a data limite para se fazer alguma coisa?

Nós estamos disponíveis para ajudar, mas precisamos dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Muito obrigado, Dra. Monica.

Por último, mas não menos importante, fará uso da palavra o Dr. Roberto Ribas Gallucci, representante do Ministério do Meio Ambiente.



O SR. ROBERTO RIBAS GALLUCCI - Agradeço novamente, Deputado, a oportunidade. Nós sempre estaremos dispostos a vir aqui esclarecer essas questões.

Sendo bastante sucinto, parece-me que ficou evidente, a partir de todas as discussões apresentadas aqui hoje, que nós temos duas situações que são lados da mesma moeda. Nós temos, de um lado, um processo robusto, inquestionável e bem conduzido de avaliação científica que guiou a identificação das espécies nacionais de peixes invertebrados aquáticos ameaçadas de extinção. De outro lado, nós temos toda uma questão relacionada à gestão pesqueira e às suas deficiências atuais, aqui discutidas.

Essas deficiências acabam centrando os holofotes muito sobre a lista de espécies, quando, na verdade, nós deveríamos estar discutindo melhor os instrumentos de gestão pesqueira, porque, como foi bem colocado pelo representante do IBAMA, nós queremos retirar, não incluir cada vez mais espécies na lista, mas, para retirá-las da lista, fica evidente que precisamos de um processo de gestão pesqueira bem conduzido.

O processo de elaboração da lista foi bastante transparente, e o Ministério do Meio Ambiente, juntamente com o ICMBio e o IBAMA, tomou todas as providências, dentro das suas competências, para que se pudesse atingir o conhecimento público o mais amplo possível. No entanto, é evidente que a lista, por si só, não resolve os problemas. Ao contrário, ela acaba evidenciando que eles existem. Então, não adianta adotarmos a estratégia de enfiar a cara num buraco e fingir que o problema não existe, porque ele existe: essas espécies estão correndo risco de extinção, e sua situação pode estar sendo agravada.

O Ministério do Meio Ambiente está disposto a trabalhar para reverter esse processo, mas, para isso, precisamos de uma política de gestão pesqueira fortalecida.

Apenas para contextualizar, vou apresentar um rápido exemplo. A lista, como eu mencionei, traz um grande número de espécies — são quase 500 espécies. Dessas, uma minoria tem importância para a questão pesqueira, e nós reconhecemos essa importância, mas grande parte das espécies que estão na lista e que hoje não se encontram protegidas tem importância também para outros



setores, como o hidrelétrico e o de óleo e gás. Esses setores, por contarem hoje com uma política bem estabelecida de gestão ambiental, principalmente quanto ao licenciamento, não apresentaram nenhuma contestação em relação à lista — apenas o setor pesqueiro apresentou, o que evidencia a fragilidade do processo de gestão pesqueira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Agradecemos ao Dr. Roberto Ribas, que aqui representa o Ministério do Meio Ambiente.

Registro a presença do Deputado Zé Silva.

Antes de encerrarmos nossa audiência pública, gostaria de tecer alguns comentários.

Embora não há tantos anos como o Sérgio Pinho, engenheiro, creio que pelo menos há 10 anos venho acompanhando um pouco o setor da pesca e, agora, um pouco mais o da aquicultura.

Eu ouvi a Letícia dizer que os pescadores da pesca industrial e da artesanal não participaram muito dessa decisão e, como se diz no Rio Grande do Sul, foram pegos de calça arriada pela portaria. Quando viram, a portaria havia aparecido: “*Opa, que lista é essa?*”. Eles foram pegos de surpresa. A forma como a lista foi divulgada foi um choque.

Eu sou mais próximo da pesca artesanal, e todos os pescadores são favoráveis às pesquisas, à conservação de estoque e a seu monitoramento. No entanto, muitos deles reclamam que, na hora em que se forem tomar decisões, que se cuide para que os pescadores não sejam pegos com as calças arriadas, como diz o gaúcho, e que venham a ser não consultados, mas inseridos nos fóruns de decisões.

Aí está o grande problema, somado ao que disse também a Dra. Monica: demorou-se um tempo para se formar uma Secretaria de Pesca, depois mais algum tempo para esta ganhar *status* de Ministério, e, quando enfim o corpo estava formado e começou a dar alguns passos rumo à organização de tudo isso, ele foi podado, teve as pernas e os braços cortados. Simplesmente desligaram todos os computadores sem sequer levar alguma informação do Ministério da Pesca ao Ministério da Agricultura. Tudo foi feito a toque de caixa, com grande



irresponsabilidade: simplesmente desmontaram tudo, como se estivessem fugindo, e levaram para lá.

Levou todo aquele tempo que a Dra. Monica mencionou para nomear um Secretário da Pesca, e esse não tem nenhuma autonomia política ou financeira. Eu posso dizer isso porque fui lá várias vezes para saber a quantas estavam as demandas de pescadores, de licenciamentos de barco e por aí vai. Ele me disse: *“Deputado, nós não temos nada. Estamos à mercê do Ministro, de quando ele puder e quiser dar alguma atenção para o setor da pesca.”* Isso por quê? Porque juntaram dois Ministérios em um só e, mais ainda, porque juntaram a Pasta da pesca à da agricultura, carro-chefe do Brasil, que já tem uma pauta muito extensa, palpitante, robusta.

É claro que a pesca jamais vai ter atenção enquanto subordinada à agricultura. Isso é óbvio, já estava escrito que não ia dar certo. Ou se consegue uma Secretaria ligada diretamente ao Planalto, ao Presidente, para que tenha autonomia de gestão, de pesquisa, de monitoramento, de gerenciamento, etc. e tal, ou tudo vai ficar como está.

Por isso, é de suma importância nós nos reunirmos aqui no ano que vem. Logo no início do ano, eu já vou protocolar o pedido de audiência pública. Desde já peço a ajuda da Letícia para mobilizarmos o setor produtivo, quer profissional, quer artesanal, quer de fabricação de embarcações, mobilizaremos todos os atores que importam estar reunidos na nova audiência pública. Com planejamento, com cronograma, é possível se fazer um excelente trabalho na área da pesca e também da aquicultura.

Com tantos quilômetros de costa, com tantos rios, com tantas lagoas, nós temos muito para nos tornarmos o primeiro produtor de pescado do mundo, mas não fazemos por onde. Quando as coisas começam a andar, elas param, porque as políticas, infelizmente, são de governo e não de Estado, ficam ao sabor do Governo — o que o Governo achar que vai ser será: manda para cá seus projetos, extingue, faz e acontece, sem respeitar a história ou o histórico de nada.

Então, nós precisamos, sim, nos reunir. Eu me comprometo já de fazer esta audiência pública, com todos os atores, para juntos debatermos esses temas tão importantes para os trabalhadores, para a economia do Brasil, porque é uma



questão econômica sim. Nós não temos histórico de nada — é tudo por estimativa: estima-se que a produção de peixe tenha sido tal, mas é só uma estimativa — não há nada de concreto, não há dados fiéis. Nós precisamos manter, sim, bancos de dados que possam fazer o setor melhorar e crescer com robustez e consistência.

Eu acredito muito na pesca — é uma área que me fascina e creio que fascina a todos que estão aqui. Nós queremos debater os problemas do setor com mais tempo e profundidade.

Tem a palavra Deputado Valdir Colatto.

O SR. DEPUTADO VALDIR COLATTO - Sr. Presidente, por uma questão de justiça, gostaria de dizer que, apesar da decisão do Governo de extinguir o Ministério da Pesca, o Ministro Blairo Maggi está dando a atenção possível à questão da pesca.

Na semana passada, inclusive, ele esteve em Santa Catarina e ficou um dia inteiro tratando somente da pesca. O Ministério da Agricultura realmente não tinha estrutura, e ele teve que assumir também a função de organizá-lo. Agora já há técnicos, agrônomos e veterinários, trabalhando na área. A estrutura do Ministério da Agricultura está se voltando para fazer o que for possível, porque é um setor importante que está sendo incorporado, por meio de trabalho de responsabilidade do Ministro Blairo Maggi.

No que tange à sanidade, à qualidade da inspeção, principalmente no caso do pescado, quem tem esse *know-how* é o Ministério da Agricultura. Agora mesmo estou tratando com o IBAMA sobre o caso de uma empresa que foi autuada, porque um teste de DNA feito pelo Ministério da Agricultura apurou que o produto descrito na embalagem não condizia com o embalado — eram tipos diferentes de sardinha.

Enfim, há todo um processo de produção, de fiscalização, de inspeção sanitária que ficou realmente dissociado. Nós temos problemas sanitários e temos problemas de produção, temos problemas ambientais. Nós temos que juntar as peças e tomar um rumo — o Secretário da Pesca também estava presente, para ver como vai encaminhar esse processo.

O Brasil é um gigante com uma costa de 8 mil quilômetros quadrados. Com todo esse mar, nós temos que avançar na pesca. Estaremos à disposição para ajudar.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Carlos Gomes) - Obrigado, Deputado Valdir Colatto.

Gostaria de ratificar que nós não estamos falando mal do Ministro, só estamos dizendo que o Ministério da Agricultura, por si só, já é grande demais, e que nós precisamos reestruturar a pesca.

Vou encerrar a audiência lembrando que, a partir de amanhã, as apresentações dos palestrantes estarão à disposição dos interessados na página da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, na Internet, no *link Audiências Públicas*.

Agradeço a presença de todos, convidados, Parlamentares e demais presentes, assim como a participação dos internautas.

Obrigado a todos e boa tarde! (*Palmas.*)

Declaro encerrada a presente reunião.